

A ERA DAS REVOLUÇÕES DE PONTA-CABEÇA: A EUROPA MEDITERRÂNICA E A IMPORTÂNCIA DO VINTISMO EM UM QUADRO GLOBAL DE REVOLTAS

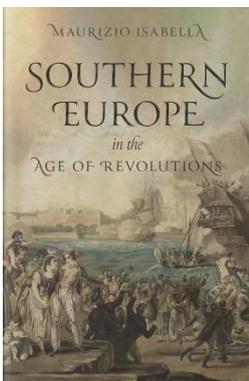
The Age of Revolutions upside down: Mediterranean Europe and the importance of Vintismo in a global scenario of revolts

João Victor Ribeiro Pires^a

 <https://orcid.org/0000-0002-7173-2191>

E-mail: jvrpires@gmail.com

^a Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de História, Lisboa, Portugal.



ISABELLA, Maurizio. *Southern Europe in the Age of Revolutions*. Princeton: Princeton University Press, 2023. 685p.

PALAVRAS-CHAVE: Revoluções liberais. Era das revoluções. Europa meridional.

KEYWORDS: Liberal revolutions. Age of revolutions. Southern Europe.

Fruto de uma longa pesquisa do historiador Maurizio Isabella, *Southern Europe in the Age of Revolutions* centra-se na importância que a Europa Meridional teve na construção da moderna política europeia. O autor resgata o papel crucial que as revoluções que ocorreram entre 1820 e 1821 ao longo do Norte do Mediterrâneo tiveram nesse processo ao estabelecer novas pautas políticas e reagir perante a ordem estabelecida, em 1815, após o Congresso de Viena. Apoiado num conjunto diverso de fontes primárias analisadas em arquivos e bibliotecas de Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Inglaterra e numa robusta bibliografia, Isabella regressa ao período das guerras napoleônicas para encontrar as raízes da emergência de uma nova ordem social e política no Sul do continente europeu, influenciada, por exemplo, pela gradual entrada dos círculos populares no tabuleiro e pelo crescimento do ativismo militar.

Maurizio Isabella obteve o seu doutorado em 1998, na Universidade de Cambridge, com uma tese sobre a atividade e o pensamento de Giuseppe Pecchio – economista lombardo e ex-funcionário público napoleônico – durante o período revolucionário (Isabella, 1998), sendo atualmente professor de História Moderna na Queen Mary College, em Londres. Publicado em 2023, este livro resulta de uma pesquisa iniciada em 2013, mas o autor credita a ideia inicial desta grande investigação à sua participação no projeto *Re-imagining Democracy in the Mediterranean*, financiado pela Leverhulme, com atividades em diversas cidades europeias entre 2012 e 2015. A partir desse esforço de investigação, Isabella propõe “sintetizar, combinar e reinterpretar uma variedade de tradições historiográficas nacionais” (Isabella, 2023, p. xiii).

Para este propósito, o livro encontra-se dividido em quatro partes: a primeira trata do aspecto militar das revoluções vintistas; a segunda apresenta o impacto do período no que se refere ao constitucionalismo; a terceira aborda o desenvolvimento da esfera pública no período estudado; e, por fim, a quarta repartição se dedica à participação da religião na fundação da nova ordem política.

Isabella elabora uma introdução ambiciosa e bastante esclarecedora não só sobre os propósitos do seu trabalho, mas adiantando já as conclusões a que pretende chegar ao fim do mesmo, com uma análise transnacional do período revolucionário vintista em Portugal, Espanha, Nápoles, Piemonte, Sicília e na futura Grécia. A Constituição de Cádiz de 1812 é um dos pontos em comum, pois, instaurada na Espanha, influenciou e impactou todos os processos constituintes dessas regiões.

A referida constituição, que foi o primeiro documento constitucional aprovado na Península Ibérica, é elevada ao patamar das revoluções americana e francesa como motor de influência no processo de transformação política da chamada Era das Revoluções. O trabalho também insere estas movimentações vintistas num contexto mais amplo, que é a “epidemia de soberania” que varreu o mundo depois de 1776 (Armitage, 2011), sendo a primeira metade do século XIX a primeira leva desse contágio.

O primeiro questionamento de Isabella refere-se ao período sobre o qual a obra se debruça, que se convencionou chamar Era das Revoluções, época que os estudos tradicionais apontam ter tido o seu centro nos “Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França” entre 1789 e 1848 (Hobsbawm, 1977, p. 17). O autor não a enxerga dessa forma, mas como um subproduto de uma crise global, na esteira de pesquisadores como David Armitage e Sanjay Subrahmanyam, que acreditam que esta crise tivera início no princípio do século XVIII. Ainda assim, Isabella defende que, mesmo esses autores que inovaram as análises sobre o período revolucionário, continuaram a ter um olhar de certa forma centralizado para o continente, com o Sul mantendo-se numa posição periférica.

Para provar o seu ponto, Isabella mergulha a fundo neste Sul revolucionário, nas suas origens e consequências. O autor defende a existência de um *script* nas revoluções vintistas na Europa Meridional, notando ainda que todos os insurgentes buscaram a

legitimidade da intervenção nas insurreições populares contra Napoleão, sendo unânime nos movimentos a ideia de que “o que deu legitimidade às exigências do povo por novos direitos e por uma nova relação entre eles e os monarcas foram as guerras napoleônicas” (Isabella, 2023, p. 36-37 e 106). Dentro desse roteiro padrão proposto pelo autor, três pontos são fundamentais: descentralização, participação de sociedades secretas e capacidade dos militares para a comunicação com o povo.

Seguindo o raciocínio do autor, de certa forma todas as revoluções vintistas foram descentralizadas, pois não surgiram propriamente nas capitais, como o caso português, onde o processo revolucionário arrancou a partir da cidade do Porto; espanhol, a partir de Cádiz; napolitano, a partir de Avellino e Salerno; e do Piemonte, a partir da cidade de Alessandria. Também tiveram a participação de sociedades secretas, como, por exemplo, o Sinédrio em Portugal, as lojas maçônicas na Espanha, a Carboneria no Reino das Duas Sicílias, a Federati no Piemonte e a Philiki Etaireia no Império Otomano. Estas sociedades, na forma como estavam implantadas no período revolucionário, diferiam da maçonaria setecentista justamente por terem projetos políticos, ao passo que a maçonaria do século anterior defendia os valores culturais iluministas, mas não tinha projetos políticos radicais (Isabella, 2023, p. 39-40). Também diferiam da maçonaria do tempo napoleônico, época em que estavam associadas ao apoio ao regime francês, ainda que gradualmente tenham começado a incluir indivíduos críticos ao projeto napoleônico, e, no caso português, crescido em associação às lojas maçônicas britânicas (Isabella, 2023, p. 41).

O evento mais marcante desta politização maçônica em Portugal foi a repressão – que se tem associado a uma antecipação depois do conhecimento da revolta republicana em Pernambuco (Araújo, 2018, p. 53) – ao projeto da sociedade designada por “Conselho Supremo Regenerador de Portugal, Brasil e Algarves”, em 1817, na qual teve uma participação limitada o general Gomes Freire de Andrade, ele próprio grão-mestre da Maçonaria, que foi enforcado (Pedreira; Costa, 2009, p. 334-335), sendo transformado em mártir da pátria durante o triênio revolucionário (Isabella, 2023, p. 392-393). Estas sociedades foram, na visão de Isabella (2023, p. 41), importantes para criar uma esfera pública clandestina.

Por fim, o terceiro ponto em comum e fundamental para os acontecimentos revolucionários foi o fato de contarem com militares capazes de comunicar com os círculos populares. Para isso, as guerras contra Napoleão terão contribuído notoriamente, uma vez que obrigaram a participação de grande parte da população nos regimentos, transformando a composição dos exércitos e inserindo novos valores no campo militar (Isabella, 2023, p. 60). Mas, para além disso, foi também preciso manter ideias pré-revolucionárias, como a forte conotação religiosa, com os pronunciamentos sempre começando “em nome de Deus, do Rei e da Constituição” (Isabella, 2023, p. 488).

Se é verdade que a experiência revolucionária francesa produziu uma clivagem política e ideológica, quer entre os civis quer entre os militares, que nunca existiu sob o Antigo Regime (Isabella, 2023, p. 57, 63), deve ser salientado que essa polarização também se instalou gradualmente no interior das classes populares, como se pode ver na divisão deste setor populacional durante as lutas constitucionais, com o povo se dividindo segundo os seus interesses, sobretudo em Portugal e Espanha (Isabella, 2023, p. 146-147). Outros estudos já analisaram esta distribuição no período, com propostas populares do lado liberal e do lado miguelista. A livre importação de alimentos foi uma das políticas adotadas por miguelistas, certamente atentos à necessidade de apoio popular, enquanto a defesa liberal da proteção nacional contou com o apoio de boa parte dos camponeses, já que a eles a proteção à importação de cereais poderia assegurar os rendimentos de seus cultivos (Gonçalves, 2019, p. 263-264).

A experiência de guerra a que a invasão napoleônica sujeitou a maior parte da população teve o efeito crucial de “transformar a doutrina da soberania popular numa realidade de fato”, conforme aponta Charles Esdaile (2007, p. 31). Este historiador analisa o fenômeno para o caso espanhol, mas a argumentação de Isabella leva a crer que este processo pode ter ocorrido também nas outras regiões estudadas, ainda que não tenham estabelecido logo uma nova linguagem política, como ocorreu na Espanha com a Constituição de Cádiz (Isabella, 2023, p. 67), mas fazendo emergir pouco a pouco a importância política e a capacidade de intervenção das classes populares.

Veja-se, por exemplo, o caso português. O exército em Lisboa proclamou apoio à Revolução do Porto de 1820 apenas depois de populares protestarem no Rossio a favor de um novo governo, a 15 de setembro, data em que costumava haver em Lisboa “uma parada militar destinada a comemorar a vitória sobre os franceses” (Valente, 1997, p. 62). Assim, a reação popular de 15 de setembro terá ditado o triunfo da Revolução do Porto e a emergente plebe urbana terá ditado o fracasso da “Martinhada”, que pretendia combater o movimento liberal (Valente, 1997, p. 63-69). Em Palermo, na Sicília, o general britânico Richard Church foi forçado a sair da região com as suas tropas depois de ser atacado por um motim popular em 1820 (Isabella, 2023, p. 220-221).

É importante salientar também os fatores econômicos, que Isabella identifica como transversais nessas regiões mediterrânicas, capazes de despertar o sentimento revolucionário. Uma combinação de fatores resultou no empobrecimento de muitos grupos sociais no período pós-napoleônico: a desocupação e/ou o descontentamento de muitos militares, após uma redução dos contingentes ou, no caso português, a frustração com a preeminência dos soldados britânicos sob a liderança de Beresford; e a crescente necessidade de importação de grãos – relembramos o fato de Estados Unidos e Rússia terem lucrado com as necessidades dos estados europeus (Nelson, 2022, p. 68-77; Herlihy, 1986, p. 9, 41), uma fragilidade, aliás, histórica na região (Braudel, 1995, p. 621) – foram alguns aspectos que afetaram as populações. Particularmente nos casos português e espanhol, o colapso econômico teve início antes, ainda durante as invasões napoleônicas, por causa das perdas coloniais (Isabella, 2023, p. 91).

Um dos objetivos do livro é, conforme já havia proposto Jens Späth (2019), inverter a interpretação tradicional sobre as revoluções do Sul da Europa, até então vistas como uma tentativa falhada de combater a sólida ordem estabelecida pelo Congresso de Viena. Isabella enxerga uma força original nestas revoluções, que, apesar de terem obtido um resultado efetivo efêmero, impactaram e também se valeram da crescente politização das classes populares, além de pautarem o debate político durante as décadas seguintes. Assim, o autor defende que o período vintista evidencia a fragilidade da nova ordem criada em Viena, colocando a periferia europeia no centro do debate e responsabilizando tais movimentos pela implantação do que o autor chama de “cultura constitucional popular” (Isabella, 2023, p. 28), que terá sido fundamental para a modernização do pensamento político europeu.

Ao ler o trabalho de Isabella notamos uma crescente politização das classes populares no Sul da Europa, sendo frequentemente referida a gradual sensibilização política a partir de baixo – fenômeno que tem início nas invasões napoleônicas, que provocaram impactos marcantes nessas regiões do Mediterrâneo – e um modo original de conquistar relevância e intervir na política. Determinadas ações e práticas durante o período vintista denunciam a presença de uma cultura revolucionária popular de alguma forma independente das patrocinadas pelas elites, notando-se meios variados de participação de baixo para cima, com as músicas populares, por exemplo, servindo de apoio para entrelaçar a vida quotidiana e a política (Isabella, 2023, p. 400-410), mas não só.

Num cenário de emergência do espaço público em Portugal (Lousada, 1996), temos conhecimento de como as petições iluminam a crescente participação popular no processo de tomada de decisões (Cruz, 2022), sendo uma das formas dos habitantes de experimentar as possibilidades da Constituição, refletindo importantes mudanças na mentalidade da população (Isabella, 2023, p. 325-326). Ao invés de representarem um grupo que se manifestava de forma despolitizada, os círculos populares atuavam de forma heterogênea – dentro das diversas distinções nos setores populares – e traduzindo e reinterpretando constantemente os novos discursos e práticas, emergindo politicamente.

Do ponto de vista de Isabella, os pactos constitucionais terão sido uma forma de recompensar o povo pela sua luta constante contra os invasores franceses durante as guerras napoleônicas. Ao fazerem da luta contra os franceses um mecanismo de defesa das monarquias, as classes populares ganharam importância no tabuleiro político do Mediterrâneo, o que enfraqueceu a solidez das monarquias então restauradas. Assim, os populares passaram a lutar pelas suas necessidades, como que exigindo recompensa pelo esforço exercido. As constituições atenderiam, segundo o autor, às aspirações generalizadas de participação política vindas de baixo (Isabella, 2023, p. 256). Neste quadro, o sucesso dos pronunciamentos vintistas reside menos numa organizada campanha militar e mais numa capacidade dos organizadores em absorver as demandas populares e coordená-las com os projetos revolucionários (Isabella, 2023, p. 137).

Esta localização da participação popular no período tem sido alvo de estudos recentes, como os de Álvaro Paris (2018, 2019) e Pierre Triomphe (2011), sobre a politização das classes populares durante a Era das Revoluções e a contribuição destes setores, inicialmente pouco analisados nos estudos, durante a transição do Antigo Regime para as novas e mais democráticas formas de governação na Europa. A forma como o autor demonstra, a partir de um argumento que atravessa os diversos capítulos do livro, este processo de politização popular representa uma das grandes contribuições deste trabalho. Se Michael Broers (2017), ainda que praticamente ignorando a experiência portuguesa na sua proposta de estudo, já havia analisado o Sul da Europa em conjunto no que se refere à reação contra os franceses, classificando a região como “Mediterrâneo Napoleônico”, Isabella mostra a continuidade desse conjunto no período seguinte, sendo uma consequência direta da mobilização vinda de baixo durante a época napoleônica.

Numa proposta conhecida como *incorporated comparison*, McMichael (1990) defende que as análises de uma totalidade não podem apenas presumir que as estruturas influenciam as partes, mas, sim, que existe um condicionamento recíproco. Apesar de não o fazer explicitamente, Isabella parece coadunar com esta visão. A sua interpretação avança no sentido de pensar que, se a crise de soberania de longa-duração e especialmente as guerras napoleônicas aplicaram efeitos fortes no Sul da Europa, os fenômenos revolucionários nessas regiões também impactaram as estruturas imperiais e estatais pelo mundo. Assim, tanto as revoluções americana e francesa quanto o período revolucionário vintista do Mediterrâneo são eventos deste longo processo de transição política, uma estrutura maior que os forma e é por eles formada, isto é, condicionam-se mutuamente. Assim, as reações vintistas não podem ser analisadas apenas como tentativas falhadas de subverter a ordem geopolítica criada pelo Congresso de Viena.

A meu ver, um dos pontos que merecia maior aprofundamento no livro é a conexão do Sul revolucionário com o que o autor chama de “onda global de revoltas que se estende da América Latina à Ásia” (Isabella, 2023, p. 34). Apesar de brevemente referidas conexões como a da revolta na Espanha com as lutas pelas independências na América Latina, esta perspectiva num contexto mais global poderia ter sido mais bem costurada. Contudo, diante de um trabalho desta dimensão e com uma ampla proposta de repensar o período, é inevitável que alguns elementos fiquem por aprofundar.

O autor, não obstante, consegue com este monumental trabalho alcançar os seus principais objetivos: identificar um Sul europeu revolucionário; inverter as noções de centro e periferia na Europa da Era das Revoluções; e apresentar de forma convincente a contribuição das regiões mediterrânicas para a modernização do pensamento político nessa época. Dito isto, *Southern Europe in the Age of Revolutions* merece ser analisado pelos historiadores que estejam a arquitetar estudos localizados na Era das Revoluções, mas não só, pois alguns dos movimentos analíticos de Isabella, como o desenho de um *script* revolucionário vintista, que influenciou movimentos variados a seguir, e o posicionamento do mapa europeu de ponta-cabeça, certamente oferecerão ricas contribuições a estudos de diversas linhas. Diante da dimensão do trabalho, o vasto índice remissivo desenvolvido no fim também poderá servir de “guia” aos exploradores da obra.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ana Cristina. Indisponibilidade e fratura do centro político. A dissidência de Gomes Freire de Andrade. In: PEREIRA, Miriam Halpern; ARAÚJO, Ana Cristina. *Gomes Freire e as vésperas da Revolução de 1820*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2018.
- ARMITAGE, David. *Declaração de Independência. Uma História Global*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Age of Revolutions in Global Context, c. 1760-1840*. London: Palgrave, 2010.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*. Vol. I. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- BROERS, Michael. *The Napoleonic Mediterranean. Enlightenment, Revolution and Empire*. London: I.B. Tauris, 2017.
- CRUZ, Miguel Dantas da. O movimento peticionário do primeiro liberalismo português e a parlamentarização da vida política em Portugal (1820-1823). *Almanack*, Guarulhos, n. 30, 2022
- ESDAILE, Charles. El levantamiento español. In: LYNCH, John (ed.), *Historia de España*, vol. 6. Barcelona: Crítica, 2007, p. 13–31.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. O apoio popular à monarquia no contexto das revoluções liberais. Brasil e Portugal (1820 e 1834). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 35, n. 67, p. 241-272, 2019.
- HERLIHY, Patricia. *Odessa: A History, 1794-1914*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ISABELLA, Maurizio. *At the origins of the Italian Risorgimento. Revolutionary activities and politico-economic thought of Giuseppe Pecchio (1785-1835)*. Dissertação de Doutorado, Universidade de Cambridge, 1998.
- ISABELLA, Maurizio. *Southern Europe in the Age of Revolutions*. Princeton: Princeton University Press, 2023.
- LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaços de sociabilidade em Lisboa, finais do século XVIII-1834*. Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa, 1996.



MCMICHAEL, Philip. Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method. *American Sociological Review*, v. 55, n. 3, p. 385-397, 1990.

NELSON, Scott Reynolds. *As Guerras do Trigo, uma história geopolítica dos cereais*. Lisboa: Ziguarte, 2022.

PARÍS, Álvaro. Politización popular contrarrevolucionaria en la Europa Meridional: reflexiones cruzadas entre Madrid, el Midi de Francia y Nápoles (1789-1850). In: AMELANG, James S. et. al (eds.). *Palacios, Plazas, Patíbulos. La sociedad española moderna entre el cambio y las resistências*. Valencia: Tirant Humanidades, 2018, p. 313-325.

PARÍS, Álvaro. «Porque le olía a negro». Vestimenta, costumbres y politización popular en Madrid (1750-1840). In: BEUNZA, José María Imízcoz; FERNÁNDEZ, Máximo García; ERIBE, Javier Esteban Ochia de (coord.). *Procesos de civilización; culturas de élites, culturas populares. Una historia de contrastes y tensiones (siglos XVI-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2019, p. 99-129.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI. Mem Martins: Temas e Debates*, 2009.

SPÄTH, Jens. Turning Constitutional History Upside Down: The 1820s Revolutions in the Mediterranean. In: HAUSWEDELL, Tessa; KÖRNER, Axel; TIEDAU, Ulrich (eds.). *Re-Mapping Centre and Periphery Asymmetrical Encounters in European and Global Contexts*. London: UCL Press, 2019, p. 111-134.

TRIOMPHE, Pierre. Au nom de Dieu, du Roi et de tous les miens. Imaginaire, sociabilité et expressions politiques des classes populaires royalistes dans la France méridionale (1800-1851). *Annales du Midi*, Toulouse, Tome 123, n. 274, p. 195-212, 2011.

VALENTE, Vasco Pulido. *Os militares e a política (1820-1856)*. Lisboa: INCM, 1997.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

João Victor Ribeiro Pires: Mestre em História Moderna e Contemporânea. Doutorando em História Moderna e Contemporânea, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de História, Lisboa, Portugal.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Nóbrega e Sousa, 7, 5^a, Lisboa, Portugal.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito, Discussão dos resultados e Revisão e aprovação:
J. V. R. Pires

FINANCIAMENTO

Não se aplica.



CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Nome Nome do Meio Sobrenome do autor/es. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORA

Beatriz G. Mamigonian

HISTÓRICO

Recebido em: 18 de junho de 2024

Aprovado em: 28 de agosto de 2024

Como citar: PIRES, João V. R. A Era das Revoluções de ponta-cabeça: a Europa mediterrânea e a importância do Vintismo em um contexto global de revoltas. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 296-305, 2023. Seção [Resenha]. Resenha da obra: ISABELLA, Maurizio. *Southern Europe in the Age of Revolutions*. Princeton: Princeton University Press, 2023. 685p.

